



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

A instituição escolar ao longo da história

AUTOR PRINCIPAL: Débora dos Santos Berté

CO-AUTORES: Ádria Brum de Azambuja

ORIENTADOR: Luciane Spanhol Bordignon

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo - PPGedu- GPEPGE

INTRODUÇÃO

A “instituição escolar”, temática recorrente no cenário educacional, que incitou, ao longo dos anos, diversos pesquisadores a debruçarem-se sobre ela, continua sendo foco de pesquisa. Pode-se aduzir que esse fenômeno seja consequência do fato da história da educação formal brasileira ser recente, e, se encontrar em permanente processo de construção e reconstrução, colaborando para que a escola permaneça como uma incógnita a ser decifrada, especialmente, no que se refere a sua função social e atribuições. Assim, alcançar uma compreensão sobre essas instituições não é uma tarefa fácil, requerendo do pesquisador que se desafia a buscar por tal, ao traçar sua linha de pesquisa, rigor metodológico, sistematicidade, cientificidade, intencionalidade. Nesse sentido, este trabalho propõe-se a efetivar uma abordagem acerca da trajetória histórica e contextual das instituições escolares visando compreender sua origem, constituição e perpetuação, produção e/ou reprodução de sua cultura.

DESENVOLVIMENTO:

A educação faz parte da história das civilizações, inicialmente, era transmitida de maneira informal de geração para geração, ocorrendo paralelamente ao desenvolvimento do homem, desde os primórdios. Os primeiros registros de educação formal remontam a Grécia e solidificam-se na idade Média. Porém, somente com a expansão do comércio e o desenvolvimento do sistema capitalista no século XIX, ela passou a ter valor. A partir desse momento, a instituição escolar expande-se com uma função clara: reproduzir a sociedade vigente, incultando as normas e valores da classe

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



dominante. No Brasil, as instituições escolares começaram a surgir com a chegada dos jesuítas, logo após o descobrimento. (RIBEIRO, 1994). Porém, só no século XX, época de significativas transformações, a educação formal passou a ser foco de discussão. Assim, na década de 30, ganhou força um movimento que preconizava uma educação democrática, laica, gratuita e obrigatória, culminando com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que teve como um de seus principais idealizadores, Anísio Teixeira. (RIBEIRO, 1994). Esse movimento propunha a substituição das escolas tradicionais por escolas ativas, onde os educandos deveriam ser formados para vida e para o trabalho, por meio de experiências práticas no ambiente escolar. (Teixeira, 1957). Contudo, o caráter elitista da educação brasileira ainda prevaleceu por um bom tempo, tornando a educação escolar inacessível a maioria da população que continuava analfabeta. Somente em 1946, com a nova constituição, princípios de democratização do ensino retornaram a cena, inspirando a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1961. (RIBEIRO, 1994). Essa lei, instituiu a educação como direito de todos, estabeleceu a organização do sistema de ensino e a obrigatoriedade do ensino primário a partir dos 7 (sete) anos de idade. Com ascensão de um governo autoritário, no período da Ditadura Militar, a educação passou a ser aparelho de controle e os valores democráticos foram novamente deixados de lado. Nesse período, o modelo tecnicista orientou a organização curricular escolar, dando corpo a um ensino médio direcionado a atender as necessidades de uma sociedade industrial. (NORONHA, 1994). A promulgação da Constituição Federal de 1988, consolida a educação como direito social, e instaura uma nova era no que se refere à garantia da igualdade. Essa legislação, reafirma a obrigatoriedade do ensino e a educação como direito de todos, assegurando os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público. (BRASIL, 1988, Art. 206, inciso I e IV). Assim, foi intensificada oferta de ensino formal, por meio do aumento expressivo no número de instituições públicas e, conseqüentemente de vagas disponibilizadas a população das classes empobrecidas da sociedade, tendo início a democratização da educação pública no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para Enguita, “mais que uma evolução a história da educação é de uma sucessão de revoluções e contra-revoluções.”. (1989, 129), dessa forma, no decorrer da história, a escola vai se configurando de maneira a produzir e reproduzir as concepções de mundo, os valores e culturas dominantes da sociedade em se que encontra inserida. Assim, em primazia, a escola em sua origem objetivava a ensinagem de conteúdos, a transmissão dos conhecimentos, a produção e reprodução de valores e culturas dominantes.

REFERÊNCIAS



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05/10/1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

NORONHA, Olinda Maria. A luta pela ampliação das oportunidades escolares (1950-1990). In: XAVIER, M. Elizabete, RIBEIRO, M. Luíza e NORONHA, Olinda M.. História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

RIBEIRO, M. Luíza S. História da Educação Brasileira. 3ª ed., São Paulo: Editora Moraes. 1994.

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 28, n. 67, p. 3-29, 1957.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):

Número da aprovação.

ANEXOS

Aqui poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.